

# Câmara Municipal de Jundiaí

### PROCURADORIA JURÍDICA PARECER Nº 191

#### PROJETO DE LEI Nº 12.271

PROCESSO Nº 77.991

De autoria do Vereador CRISTIANO LOPES, o presente projeto de lei busca instituir a OLIMPÍADA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE.

A propositura encontra sua justificativa às fls. 04.

É o relatório.

#### **PARECER:**

O projeto de lei em exame se nos afigura revestido da condição legalidade no que concerne à competência (art. 6°, caput), e quanto à iniciativa, que no caso concreto é concorrente, (art. 13, I, c/c o art. 45), sendo os dispositivos relacionados pertencentes à Lei Orgânica de Jundiaí.

A matéria é de natureza legislativa, podendo se consubstanciar através de lei, eis que busca instituir a OLIMPÍADA MUNICIPAL DA TERCEIRA IDADE, com o objetivo de fomentar a atividade física voltada à faixa etária que a propositura contempla, havendo sido elaborada em caráter genérico e sentido abstrato.

Ressalta-se, ainda, que o conteúdo da propositura destaca a importância da conscientização para uma vida saudável entre as pessoas de terceira idade, em completa harmonia com o Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741/2003) e a Lei Maior, conforme lemos:

#### Do Estatuto do Idoso

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade. [grifo nosso]



# Câmara Municipal de Jundiaí

### Da Constituição Federal do Brasil

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, **defendendo sua dignidade e bem-estar** e garantindo-lhes o direito à vida. [grifo nosso]

Para corroborar com esse entendimento, nos reportamos a jurisprudências correlatas relativas a normas legais desta Câmara Municipal, objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgadas improcedentes em face de não apresentarem vício de origem, nestes termos:

ADIN 0094014-93.2011.8.26.0000. Direta de Inconstitucionalidade. Relator: Mário Devienne Ferraz. Comarca: Bragança Paulista Órgão julgador: Órgão Especial. Data do julgamento: 24/08/2011. Data de registro: 31/08/2011. Outros números: 00940149320118260000. Ementa: DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei n° 7.418, de 23 de março de 2010, do município de Jundiaí, que "Institui a Campanha Permanente 'Doação de Medula Óssea - um pequeno gesto que faz toda a diferença". Alegação de vicio de origem e de aumento de despesas sem indicação da fonte de custeio. Inocorrência da inconstitucionalidade invocada. Mera campanha pública. Ausência de criação de órgãos e de cargos públicos ou de despesas para a Municipalidade. Inegável caráter humanitário e social da lei. Ação julgada improcedente. Liminar revogada.

Direta ADIN 2161268-73.2016.8.26.0000 de Inconstitucionalidade Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei 8.193, de 08 de abril de 2014, do Município de Jundiaí, que institui a Campanha / Ginto de Segurança - O Amigo do Peito". Legislação óriunda de iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade. Não Ocorrência. Matéria cuja iniciativa não é reservada ao Chefe do Poder Executivo. Não intervenção nas atividades

of a



## Câmara Municipal de Jundiaí São Paulo

da Administração Municipal. Lei a Impor obrigação a particulares. Entendimento no C. Órgãos especial. Ação Improcedente.

O conteúdo meramente programático da propositura, portanto, viabiliza, sob o espectro jurídico, sua tramitação. Relativamente ao quesito mérito, pronunciar-se-á o soberano Plenário.

## DAS COMISSÕES A SEREM OUVIDAS:

Nos termos do inc. I do art. 139 do Regimento Interno, além da Comissão de Justiça e Redação, sugerimos a oitiva da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Laser e Turismo.

QUORUM: maioria simples (art. 44, caput, L.O.M.).

S.m.e.

Jundiaí, 2 de junho de 2017.

Fábio Nadal Pedro Procurador-Genal Ronaldo Salles Vieira Procurador Jurídico

Elvis Brassaroto Aleixo Estagiário de Direito

Ĵúlia Arruda Estagiária de Direito